

Agência coordenará reforma ministerial

O equilíbrio entre receitas e despesas da União, proposto através do Orçamento para 1994, passa necessariamente pela extinção e fusão de ministérios, que serão coordenados por uma agência de descentralização, segundo anunciou ontem o ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann. Ele disse que a reestruturação do Governo Federal será negociada com os estados e municípios. O Governo não pretende realizar obras que, por sua característica, podem ser melhor executadas pelos estados e municípios, como é o caso de hospitais, escolas, pontes e estradas.

Jungmann não quis antecipar quais ministérios e órgãos públicos farão parte da reforma administrativa em estudo, porque seus titulares ainda não foram comunicados. Os profundos cortes de despesas anunciados ontem dão uma idéia da economia que o Governo espera obter através da redução dos gastos com a máqui-

na administrativa, principalmente com o corte das transferências voluntárias — não constitucionais ou legais — de recursos federais para estados e municípios. Serão cortados 8,383 bilhões de dólares no próximo ano, em relação à proposta original contida no Orçamento enviado ao Congresso, de gastos com o custeio da máquina e investimentos do setor público. Destes, três bilhões de dólares referem-se às transferências voluntárias repassadas através dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional, os principais alvos da reforma administrativa.

Pacto — O pressuposto básico da reforma é de que a União não terá mais recursos para participar de obras estaduais ou municipais. Inclusive a Lei de Diretrizes Orçamentárias que será enviada na próxima semana ao Congresso proibirá tal participação. Consequentemente, não é possível sustentar ministérios e órgãos pú-

blicos que só existem como meros repassadores de recursos, como é o caso do Bem-Estar Social e da Integração Regional.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse que a reforma pressupõe a descentralização da administração pública. A reforma não se limitará à reorganização dos ministérios, mas também estabelecendo um novo pacto federativo no País. Esse pacto será proposto no âmbito da revisão constitucional, com a redefinição dos encargos da União, estados e municípios.

No âmbito federal, a proposta estudada pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda prevê a extinção dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional; a absorção do Ministério da Cultura pelo Ministério da Educação; da Secretaria de Ciência e Tecnologia pelo Ministério da Indústria e do Comércio; e a transformação do Ministério da Amazônia em secretaria.